

HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE, NA IDADE MÉDIA E NA PÓS-MODERNIDADE

Janailson Nunes da Silva

7º período do curso de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas-Campus do Sertão de Delmiro Gouveia.
janailsonnunesdasilva@hotmail.com

Giseliane Meideiros

Doutoranda em Educação- UFAL, Coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade Pio Décimo de Canindé de São Francisco- FAPIDE.
gisele_ufal@hotmail.com

RESUMO

Historicamente, os espaços pré-escolares sempre foram muito femininos e os espaços masculinos não foram enfatizados. A presença masculina tem sido predominantemente muito baixa nesses espaços, nesse caso, eles costumam aparecer como diretores de educação ou porteiros nesses ambientes. O objetivo deste artigo é sistematizar como era a Educação infantil na Antiguidade, Idade Média e Pós Modernidade e apresentar de forma contextualizada de como se deu a presença do homem na docência, quem foram os mestres/mentores/professores na época, compreender de fato quem desenvolvia o ato de educar, com foco na Educação Infantil, cenário para os caminhos da profissão docente, os motivos da imigração dos homens (professor) da sala de aula, as principais causas da feminização do magistério, a relação do cuidar e educar. Enfatizando esses três grandes modelos educacionais que se desenvolveram em períodos históricos distintos. A metodologia adotada para realização dessa pesquisa foi de referencia bibliográfica. Entende-se que a educação da criança está associada à cultura, ao momento histórico e aos papéis determinados pela sociedade. No cotidiano do primeiro ano da Educação Infantil, a existência do homem é fundamental para as crianças. Porque podem contar com referências masculinas em suas vidas. Uma vez que a criança já tenha convivido com a figura das mães, avós, tias, primas, irmãs, babás e professoras na escola.

Palavras-chave: Educação Infantil; Homem na pedagogia; Crianças pequenas; Preconceito.

MEN IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: THE EDUCATION IN ANCIENT HISTORY, IN THE MIDDLE AGES AND IN POST-MODERNITY

ABSTRACT

Historically, preschool spaces have always been very feminine, and masculine spaces have never been emphasized. The masculine presence has been predominantly low in such environments, where they are usually represented by either principals or doormen. This paper aims to systematize how early childhood education used to be in the ancient history, middle ages and post-modernity,

presenting in a contextualized way how the presence of men in education was, who the masters/teachers/mentors were at that time. The study tries to understand who was responsible for the role of teaching, with a focus on children's education, the reasons that led men (teachers) away from classrooms, the main causes of the feminization of teaching, the relation between caring and educating. The methodology used in this research was the bibliographical reference. Early childhood education is associated to culture, to the historical moment and to the roles determined by society. During the first year of kindergarten, the existence of a man is essential for the children because they can count on masculine references in their lives, once that the child is often surrounded by the feminine figures of mothers, grandmothers, aunts, cousins, sisters, nannies and school teachers.

Keywords: Preschool education; Men in pedagogy; toddlers; Prejudice.

INTRODUÇÃO

O processo educacional do homem foi a base do desenvolvimento de cada grupo social e da representatividade das sociedades existentes hoje, por isso o conhecimento de sua história e experiências passadas é essencial.

Consideramos o antigo patrimônio cultural como a principal fonte de construção da civilização ocidental e o legado deixado pelas principais cidades da Grécia antiga, Esparta e Atenas, constitui o princípio da organização. A educação e a sociedade têm servido de modelo para muitas sociedades há séculos.

Alguns historiadores argumentam que a educação sempre ocorreu e forma espontânea e dinâmica ao longo do tempo. As interações com o mundo e outros indivíduos sempre forneceram alguma forma de aprendizado, observando ou não membros mais antigos da caça tribal, fenômenos naturais, comportamentos, micro-religiões, rituais, etc.

Na Grécia antiga, o acesso à educação para pessoas não era correto para todas as crianças. Mulheres até 07 anos e meninos até 14 anos. No entanto, esse acesso depende do poder de compra da matriz e é distribuída de forma desigual e privilegiada.

Na Idade Média, a educação romana em foi fortemente influenciada pela tradição espartana. Os alunos foram formados de acordo com a mentalidade conservadora da época e a educação desenvolvida de acordo com os rígidos ensinamentos da Igreja Católica.

Já na Pós Modernidade, com a influência da revolução industrial e o sistema democrático se espalhou desde então. O acesso à educação é um direito do cidadão. Dessa forma, o modelo de ensino de conteúdo foi integrado e o ideal de industrialização foi realizado.

Com interesse em compreender a educação infantil em diferentes momentos da história, este trabalho centra-se em três momentos únicos que muitas vezes passam despercebidos, são eles: a Antiguidade, Idade Média e Pós Modernidade. Mais adiante se foi necessário aprofundar-se a pesquisa na busca de entendermos os motivos e as causas da emigração do homem na docência e o ingresso das mulheres.

A EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE, NA IDADE MÉDIA E NA PÓS-MODERNIDADE

Pensar o passado não deve ser compreendido como exercício de saudosismo, mera curiosidade ou preocupação erudita. O passado não é algo morto: nele estão as raízes do presente. É compreendendo o passado que podemos dar sentido ao presente e elaborar o futuro. Aranha (1989).

A história da educação em termo geral ocorreu de forma gradual sendo conduzida de diversas formas, resultante da relação turbulenta dos diversos modos de políticas no Brasil. Nesse capítulo, para além do desenrolar da educação no Brasil, buscaremos compreender três grandes momentos históricos na historia do ocidente que contribuíram para mudanças estruturais na educação: educação na Grécia Antiga, educação na Idade Média e Idade Moderna. Com a finalidade compreendermos de fato quem foram os professores (tutores) daquela época, em quais mãos era centrado o hábito de educar (lecionar).

O primeiro modelo de educação foi desenvolvido Segundo Mário Alighiero Manacorda (2006), em seu livro intitulado "História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias"⁵ na antiguidade Grega, período esse reconhecido como o berço da civilização, tendo como seus principais representantes: Sócrates, Aristóteles e Platão; conhecido hoje como o período arcaico, no decorrer dos (séculos VIII a VI a.c); trouxe grandes mudanças no campo social quanto no político: o aparecimento da Polis, do comércio e das classes sociais e da moeda. Essas mudanças foram primordiais para o surgimento do pensamento filosófico. No período clássico (séculos V e IV a.c.) surge a ideia pedagógica associada à formação do cidadão, as ciências como astronomia, geometria e matemática.

⁵Ver em: MANACORDA, M. A. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Começando pela Antiguidade, temos em aproximadamente 08 séculos a.C; um poeta que vivia em uma região chamada Quios⁶, umas das ilhas que pertencem hoje a atual Turquia viveu o Homero o grande pensador grego que teria sido o responsável pela criação das duas obras mais brilhante do ocidente a Ilíada e Odisseia, modelos de educação pensadas pelos gregos na antiguidade. O autor apresenta que Homero teria sido o grande educador da Grécia antiga (p.42)⁷ e finalizando o filósofo Platão que viveu três séculos depois dele, para Platão, Homero trouxe uma visão interessante sobre a realidade e interpretação para todos os gregos antigos, Ilíada e odisseia eram livros de cabeceira da juventude de Atenas e de várias outras cidades gregas.

O livro Iliada em especial nos mostra todo o contexto da Guerra de Tróia, que ficou imortalizada em muitos livros, teatros e cinemas, na qual se narra a guerra entre Gregos e Troianos por causa do rapto de Helena, a famosa rainha de Micenas, esposa de Menelau que teria sido raptada por Páris, príncipe troiano, contexto esse de uma guerra que vai durar mais de 10 anos entre gregos e troianos por causa do rapto. Odisseia descreve as mutuas e difíceis aventuras que Ulisses, rei de Ítaca, teve que enfrentar e o seu retorno para casa após a guerra, aonde o anseiam sua esposa pela sua volta, Penélope, e o filho, Telêmaco.

Refletindo sobre esse período, o que mais nos chamou a atenção e o motivo pelo qual uma guerra traria um modelo de educação para Grécia Antiga, sendo de suma relevância voltar na figura de Aquiles. O mesmo era rei de uma cidade chamada Tersilha, ele argumentava, e fazia exposições de suas ideias, portanto também era o herói no campo da batalha, era um guerreiro que nesse período foi instruído através da famosa Paidéia (Formação integral do ser humano), que remonta ao início da pedagogia, pedagogo e aquele que cuida de crianças, aquele que ensina a Crianças, tornando-se o primeiro modelo de educação na Grécia Antiga. Dessa forma, a partir da Paidéia, essa educação tem como princípio a formação de guerreiros instruídos, o do cidadão, completo e virtuoso, um modelo de educar que abranja corpo e mente, ou seja, a formação de Aquiles.

⁶(também grafada como Chios, Híos, Khios ou Chiou; em grego: Χίος) é uma ilha e uma unidade regional da Grécia localizada no mar Egeu. Quios faz parte da região do Egeu Setentrional. Está separada da península de Karaburun, na costa turca da Anatólia, pelo estreito de Quios.

⁷Ver em: MANACORDA, M. A. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Consequentemente surge então o termo Paideia, o modelo ideal da educação grega.

Por volta do século v a.C. é criada a palavra Paidéia, que de início significa apenas ‘criação dos meninos’ (pais, paidós, ‘criança’). Mas com o tempo, a palavra adquire nuances que tornam intraduzível. Werner Jaeger, famoso helenista alemão escreveu uma obra com esse nome, diz: Não se pode evitar o emprego de expressões modernas como civilização, cultura, tradição, literatura ou educação; nenhuma delas, porém, coincide realmente com o que os gregos entendiam por Paidéia. Cada um daqueles termos se limita a exprimir um aspecto daquele conceito global e, para abranger o campo total do conceito grego, teríamos de empregá-los todos de uma só vez (ARANHA, 1989, p. 37).

Segundo a autora, o termo Paidéia significa a designação do sistema educacional e da constituição ética da Grécia Antiga, que possuía inclusão de diversos temas, visando à formação de um cidadão perfeito e completo, um sujeito que possua capacidade de liderar e ser liderado e que seja capaz de cumprir um papel positivo na sociedade.

Este período conhecido como homérico intenciona a instrução do nobre, até os sete anos de idade, na qual criança permanece com a mãe seguida dos seus cuidados. A infância era uma fase de passagem, o menino passava a visitar locais favoráveis para o seu desenvolvimento, sendo que existia uma divisão educacional por gênero, assim, a menina fica em casa aprendendo as artes do lar e seu destaque se limitava na participação nas atividades físicas e de festividades. O guerreiro Espartano é instruído para aturar a dor e obedecer.

Manacorda (2006), Cidades como Atena e Esparta (cidades-estados) se baseavam nesse livro para educar suas crianças, pois não queriam apenas pessoas instruídas, mas que também tivessem habilidades motoras, uma preparação intelectual e corporal na formação dos seus soldados, pessoas que tivessem uma boa saúde mental. Uma máxima de que remota a essa tipo de ensino é: “corpos são, mente sã”, que vem também da História dos gregos. Uma outra grande contribuição dos gregos antigos foi à filosofia, produzindo uma forma de pensar no ocidente que traz como pano de fundo a racionalidade humana, a interpretação de todas as coisas, que se dava pela forma de se pensar, o homem que começa questionar toda a sua realidade.

“Atenas, iniciadora do ideal democrático, difundindo a educação a todos os cidadãos livres, devido a sua enorme influência e, por se tratar do berço da filosofia, o ideal da sociedade ateniense é o culto” (p.29-30)⁸, “os adolescentes eram doutrinados nas letras e filosofia, pelos seus mestres, na primeira fase era acompanhado pelo pedagogo que tinha como papel orientar

⁸Ver em: MANACORDA, M. A. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

as primeiras letras e a atividade física, e ao completar 18 anos adentravam a vida cidadã, os mestres eram os filósofos” (p.75-76)⁹. Diante disso não devemos esquecer a figura de Sócrates 570- 499 a.C; pai da filosofia, grande pensador que viveu em Atenas por muitos anos, onde passou a ser reconhecido como um dos percussores dessa nova forma de pensar e de ser humano.

Uma das metodologias pedagógicas desenvolvidas por Sócrates foi a Ironia e a Maiêutica. Sócrates tinha um jeito especial para conversar com as pessoas, ele dizia que conhecia pouco sobre as coisas e que queria sempre com grande curiosidade conhecer aquilo que ele não sabia; daí originou a sua máxima “só sei que nada eu sei”, mostrando que ele estava sempre em busca de novos conhecimentos, pois o mesmo possuía o hábito de conversar com todas as pessoas, desde escravos até com generais do exército ateniense, e perguntava questões como: o que é o amor? O que é a amizade? O que é a virtude? E quando as pessoas tentavam responder a tais questionamentos, Sócrates abertamente fazia perguntas e mais perguntas, até que as pessoas ficavam em dúvidas, se estavam seguindo o caminho certo das suas ideias. O método dialógico de Sócrates como foi denominado: A arte de perguntar. Por essa razão, o filósofo denominava seu próprio método, sua arte de perguntar, pelo nome de maiêutica, palavra de origem grega que significa "ciência ou arte do parto", ou seja, a obstetrícia. Desse modo, mesmo quando já se alcançou grandes conhecimentos, é importante prosseguir exercitando a conversação filosófica durante toda a vida, evitando assim recair em erros, qualquer que seja nossa idade.¹⁰

O segundo método desse momento é a maiêutica, que seria a busca de ideias novas, a partir do momento que temos consciência de que não sabemos de tudo e de todas as coisas. Já o segundo passo é a busca incessante pelo conhecimento através do estudo, da pesquisa e de todo pensamento racional que a filosofia estava trazendo a Grécia Antiga. Considerando o Período clássico (século VI-IV a.c), no qual ocorreram grandes evoluções no campo das descobertas filosóficas e das práticas Democráticas, era a partir de suas ideias e da sua realidade que os gregos buscavam reformar a cidade onde viviam.

⁹Ver em: MANACORDA, M. A. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

¹⁰Ver em: CABRAL, João Francisco Pereira. "Ironia e Maiêutica de Sócrates"; Brasil Escola.

É nesse contexto que Sócrates assume o ofício de mostrar a todos os homens que se diziam sábios, que eles não sabiam o que julgavam saber. O objetivo da tarefa pedagógica exercida por Sócrates era fazer com que os homens chegassem ao autoconhecimento, ou seja, pensar por si mesmos, sem ter de repetir opiniões alheias.

Sócrates, ao usar o método maiêutico a arte de parir ideias, dava início a diálogos com a intenção de questionar as opiniões alheias a fim de desmascarar a ignorância daqueles que se supunham sábios, mostrando as contradições e a insuficiência de suas teses. No exercício de sua missão, Sócrates não cobrava nenhum valor.

Portanto, chegamos ao entendimento de que a educação no mundo grego tinha como função valorizar a desenvolvimento do sujeito enquanto cidadão e não elevava apenas as dádivas aristocráticas, características dos poemas de Homero e Hesíodo, voltado para o homem perfeito que seria o herói de guerra, o sujeito forte e corajoso. Tendo como professores os sofistas, pensadores que se exibiam como mentores da oratória e da retórica e contradiziam tudo e todos. Para eles, o bom cidadão teria que mostrar-se ser aquele sujeito persuasivo.

Agora, adentrando a Idade Média (476-1453), período que ficou reconhecido por era uma idade das trevas, apontada pelo retardamento científico, pelo índice de violência, pela carência da individualidade, racionalidade e pela liberdade. Deste então se construiu um preconceito em relação a Idade Média, “período intermediário, bloco uniforme, ‘séculos grosseiros’, ‘tempos obscuros’” (Pernoud, 1994, p. 20).

Nesse período o processo de educação era de total compromisso da Igreja. O funcionamento das escolas era vinculado às catedrais monásticas e muitas funcionavam nos mosteiros. Portanto a Igreja foi um instrumento de extrema essencialidade no desenvolvimento do processo da educação nessa época, a grande disseminadora do conhecimento. Segundo Cambi (199, p. 145), “A Igreja foi o ‘palco fixo’ por trás do qual se moveu toda a história da Idade Média e um dos motores do seu inquieto desenvolvimento [...]”.

Corroborando com o autor a igreja católica tinha o monopólio de toda a cultura e educação, ela era a instituição por excelência que criava e copilava todos os inscitos, os ensinamentos e as práticas que hoje são chamadas de conhecimentos.

Temos aí do século VII até o renascimento no século XV às instituições de ensino mais importantes da época se encontravam nos mosteiros, com princípios muito importantes aquela época, “Os mosteiros fazem penetrar, lentamente, o cristianismo e os valores que ele veicula no mundo dos campos, até então pouco tocados pela nova religião - mundo das longas tradições e das permanências, mas que passa a ser o mundo essencial da sociedade medieval” (Le Goff, 1995, p. 159).

O ato de repassar os ensinamentos era centrado nas mãos dos monges, que segundo Le Goff (1997, p. 8), o monge medieval “é aquele que chora sobre os seus pecados e os pecados dos homens e que por meio de uma vida dedicada à oração, ao recolhimento e à penitência busca a salvação sua e dos homens”. Os mosteiros eram pessoas letradas que buscavam sempre buscar novas teorias e reforçar os dogmas da igreja católica.

Nessa época não se limitava quem deveria ou não frequentar a escola, nos mosteiros, portanto era frequentada pelos novatos que queriam ingressar para a vida monástica, sem priorizar sua idade. Assim, na escola monástica poderia haver crianças, jovens e adultos assistindo a mesma aula. Na Idade Média o desenvolvimento da criança era dividido em três fases: infância, do nascimento até os sete anos de idade; a puerícia entre os 07 e 12 anos de idade e adolescência, que ia em geral até o casamento (Shahar, 1993, p. 31-40). Algumas crianças eram levadas pelos pais e eram entregues, normalmente com idade entre 5 a 7 anos. Dando-lhes a livre escolha se queriam seguir ou não a profissão.

Como nos diz García Villoslada (1991, p. 70) foi em 1539, O espanhol Inácio de Loyola e seus companheiros fundaram na Europa, a Companhia de Jesus, mas só foi aprovado no ano seguinte pelo papa Paulo III. A Companhia chegou ao Brasil em 1549, junto com o segundo governador geral Tomé de Souza, quando já tinha se passado exatamente 10 anos após a fundação da ordem. O grupo religioso composto de seis religiosos era dirigido pelo padre Manoel da Nóbrega. A ordem se estendeu por dois séculos e compreenderam a Província do Brasil e a Vice Província do Maranhão e Pará, ambos pêndulos da Assistência de Portugal. No entanto foi em 1759 que os jesuítas foram expulsos do país e de todas as terras portuguesas por ordem do Marques de Pombal.

Essa ordem religiosa teve a responsabilidade de cuidar de toda educação dos nativos que por aqui habitavam. Tendo como objetivo catequisar os povos que aqui se encontravam. É

importante destacar a participação de três grandes padres que vieram participar desse processo, foram eles: Padre Manoel da Nóbrega, Padre Juan de Aspilcueta Novarro e o Padre José de Anchieta, padres católicos de formação jesuítica enviada para cumprir a missão de catequização dos povos nativos aqui no Brasil.

Ao se ocupar com a assistência religiosa dos colonos e com a catequese dos índios, os padres se dedicaram de modo especial à educação e ensino de crianças e adolescentes nas chamadas aulas de ler, escrever e contar. Para tanto construíram igrejas, colégios, moradas e congressos, e instalaram missões. No entanto alguns colégios funcionavam como verdadeiros centros culturais da época, com atividades literárias, musicais e teatrais cujo modelo de educação que traz os valores religiosos se sobrepondo aos valores laicos, os científicos e racionais.

Neste momento então o pensamento religioso foi predominante, os valores que fundamentavam a educação no Brasil é uma herança da Idade Média e não própria dela. Fazer com que a igreja católica estivesse sempre no centro das decisões educacionais da época.

É dessa educação jesuítica que se originou o que chamamos na contemporaneidade de escola tradicional. Fazer-se bom lembrar algumas características que até hoje ela se fazem presente na nossa história, uma delas é a relação aluno e professor, em que o professor será o centro do processo de ensino, criando a ideia de que o professor deve vir com tudo pronto e preparado e o aluno é aquele que está ali para obedecer e acatar as determinações que o professor apresenta.

Falar sobre a importância da relação professor e aluno é falar da essência da razão de ser e do trabalho das ações pedagógicas nas escolas. O filme *Sociedade dos Poetas Mortos* (Peter Weir, 1990) retrata bem a importante dimensão existente na relação professor e aluno no processo ensino-aprendizagem. Esse filme nos faz pensar como foco a atuação de um educador destinado e empenhado em, de fato, fazer a diferença na vida de seus alunos (crianças). O diálogo é o melhor retorno que o professor pode dar ao aluno, sendo assim possível para ter um convívio saudável com os seus pequenos. Tornando o aluno protagonista de seu processo de aprendizagem, estimulando-o a buscar informação e a construir conhecimento, que se dá através em uma relação de troca com o professor, em uma via de mão dupla em que ambos aprendem e se desenvolvem.

O filme transparece o entendimento de que o professor faz isso não apenas seguindo o que está especificado no cronograma e repassar os conhecimentos, o mesmo auxilia de forma inspiradora os estudantes a se desenvolverem integralmente e a aplicarem, de modo contextualizado, o que é discutido em sala de aula para construírem seu futuro. E isso, tanto no filme quanto em nossa realidade, tem um alto poder transformador. Como já afirmava Paulo Freire (1997) a "Educação não transforma o mundo. Educação muda às pessoas. Pessoas mudam o mundo". E ainda conforme Freire (1997, p. 55) "as relações entre educadores e educandos são complexas, fundamentais, difíceis, sobre que devemos pensar constantemente", muitas vezes estas deixam marcas negativas ou positivas na vida de ambos.

Tudo que o professor emite em sala de aula, seu relacionamento e sua expressão com os educandos devem instigar os mesmos a aprender; segundo Freire (1996, p. 96) aponta que:

O bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

A relação e a construção do conhecimento são favorecidas a partir do reconhecimento de que o processo educativo acontece em um contexto cultural e é preciso encontrar soluções para articular os conceitos trabalhados com esses contextos de vivência a fim de torná-los mais interessantes e significativos.

Na atuação dos professores pode sugerir muitas teorias, mas o seu papel sempre será fundamental em todas elas, não há educação sem o educador, que pode adquirir várias qualificações: mediador, facilitador, criador, provedor do saber ou mesmo, detentor do saber. O educador deve orientar seu aluno pelo caminho de desenvolvimento adequado as suas fases evolutivas, dando-lhe uma ampla margem de autonomia e confiança em si mesmo e em sua capacidade de solucionar problemas e promover o equilíbrio necessário ao êxito das ações propostas.

Um ponto importante na profissão docente é a afetividade, o afeto é fundamental para o desenvolvimento humano, e através dele que o aluno se sente mais estimulado e seguro.

Segundo Tassoni (2000, p. 3) afirma:

Toda aprendizagem está impregnada de afetividade, já que ocorre a partir das interações sociais, num processo vincular. Pensando, especificamente, na aprendizagem escolar, a trama que se tece

entre alunos, professores, conteúdo escolar, livros, escrita, etc. não acontecem puramente no campo cognitivo. Existe uma base afetiva permeando essas relações.

Miranda (2008, p. 2) destaca sobre a importância das interações e da afetividade:

A interação professor-aluno ultrapassa os limites profissionais e escolares, pois é uma relação que envolve sentimentos e deixa marcas para toda a vida. Observamos que a relação professor-aluno, deve sempre buscar a afetividade e a comunicação entre ambos, como base e forma de construção do conhecimento e do aspecto emocional.

Como vimos, segundo os autores, o professor deve agir de maneira a proporcionar um ambiente instigante e afetivo, permitindo assim ao aluno descobri-lo como ator principal de sua construção de conhecimento e de sua própria vida. O processo de ensino-aprendizagem precisa beneficiar os conhecimentos introdutórios da criança e suas múltiplas experiências, e a afetividade, onde ambos neste cenário proporcionam apenas um espaço agradável para professor e aluno, contudo sim um ensino humanizado voltado para a mudança, situado na solidariedade. Henri Wallon (2007) (psicólogo, filósofo e pensador da educação) ressalta que a afetividade e a inteligência são indissociáveis, pelo fato de uma complementar a outra.

Através disso, o professor pode procurar desenvolver atividades que possam envolver os alunos de forma agregada, orientando assim na sua prática capaz que desenvolva a expressividade, a emoção, a personalidade e o pensamento criativo e crítico do estudante.

Desse modo Wallon (2007) caracteriza as questões afetivas como gatilhos que estimulam o avanço e o desenvolvimento das pessoas. É notório que são instrumentos que vem nos auxiliar na concepção do processo de construção do sujeito, no movimento que vai do bebê ao adulto, conforme os modelos que a cultura do seu tempo disponibiliza. Conforme essa visão é de suma relevância compreender o ambiente educacional como um rico recinto de analogias produtivo entre alunos e professores na troca e na construção de novos conhecimentos.

Em segundo lugar temos que falar do conteúdo, na ênfase e no ensino erudito, enciclopédico, em que não há lugar para cuidar do corpo somente com o intelectual, falando também de avaliação, no qual o sistema de avaliação era onde se cobrava bastante a memorização de dados e na famosa sabatina o professor cobra tudo aquilo que ele lhe acredita ser importante para o aluno, sendo assim não contestação não há crítica só há obediência.

Onde se tinha uma educação mais Magistrocêntrica¹¹, que por fim se trata de uma educação centrada no mestre, acredita-se que as gerações adultas elas devem passar seus conhecimentos a gerações mais novas, a concepção de infância praticamente não existe, o menino e a menina são tratados como mini adulto, ele já nasce em uma classe social, o filho do camponês ele vai ser camponês, o filho do nobre ele vai ser nobre desde a infância. Não há uma preocupação nem um cuidado com a infância com a essência de ser criança, não há atividades ou preocupações pedagógicas, nesse momento que vai fazer da criança um ser com suas necessidades cognitivas, éticas, humanas que devem ser ali assimiladas à preocupação e outra e inserir esse menino essa menina já no contexto das relações sociais e econômicas do período.

Entretanto a Educação na Idade Pós Moderna (1939-1945), os tempos modernos inauguram no ocidente uma nova forma de pensar bem parecido com os gregos antigos, nós temos aí muitas transformações no campo da economia, da política, das descobertas científicas que vai fazer com que a humanidade se preocupe também com a educação. Sendo de grande relevância destacar dois grandes marcos desse momento: A Revolução Industrial (ocorreu entre os séculos XVIII e XIX) e da Revolução Francesa (1789), denominadas revoluções burguesas que vão inaugurar a idade contemporânea, logicamente essas revoluções trouxeram transformações na educação.

A primeira revolução industrial aconteceu na Inglaterra, provocando uma mudança na forma de produzir, deixando a manufatura de lado, antes da revolução industrial tudo que era produzido e feito a partir da força de trabalho humana, ou seja, o artesão ele conhecia todas as etapas do processo produtivo, e ele produzia aquilo que ele acreditava ser importante e útil para a sociedade.

Com a proliferação das máquinas e das indústrias, temos uma produção mais acelerada através do avanço tecnológico, com as extremas transformações tecnológicas trazidas com a Revolução Industrial. Pode-se ser lembrada ainda na alteração da mentalidade da época, como destacou o historiador (Francisco Iglesias, 1981):

Do século XV ao XVIII verificou-se verdadeira mudança de mentalidade. A mecânica e a técnica, de menosprezadas, passaram a supervalorizadas. Não é generalizada essa aceitação, pois os preconceitos têm raízes fundas, dificilmente removíveis. Ainda no século XVIII e mesmo nos seguintes, até o atual, encontra-se certa atitude de suspeita ante o manual ou mecânico, enquanto se

¹¹ Refere-se quando o papel do professor é valorizado demais.

realça o ócio, o lazer, a condição de nobreza, que não trabalha ou só trabalha com a inteligência e exerce o comando. Daí a desconsideração com tarefas como as agrícolas - trevolar as terras com as mãos - as artesanais ou manufatureira, ou mesmo as comerciais (...). Curioso lembrar como os médicos, forrados de humanismo, não tinham respeito pelos cirurgiões, pois exerciam labor mecânico. Até 1743 - repare-se a data - eram vistos como espécie de barbeiros. (p. 40-41).

De acordo com o historiador a consequência da revolução industrial pode-se apontar o avanço tecnológico de forma instigável, que veio ao ponto de desencadear uma enorme sucessão das novas transformações que viriam posteriormente. As mudanças de mentalidade com os preconceitos difíceis de remover; apesar das mudanças o menosprezo às atividades agrícolas, manuais ou comerciais.

Após a chegada dos domínios tecnológicos a vista urbana sofreu modificações de forma radical, tendo uma enorme migração das pessoas que viviam no campo para as cidades que agora começam a criar muito mais vida, tendo em vista um cenário muito diferente da Idade Média, em que o campo era predominante, agora há cidades em abolição, transformando as relações de trabalho e as relações humanas.

Segundo Rezende¹² Uma dessas primeiras relações e a diferença gritante na forma de trabalho, poucos que são aqueles donos das máquinas e das indústrias, os burgueses a burguesia, são os donos dos bens e da produção e agora nós temos uma grande massa de operários, ou seja, de proletariados, pessoas que sustentam sua família, temos aí uma divisão da sociedade capitalista vem trazer dois grupos antagônicos: burguesia e proletariado, que logicamente terão acesso a dois diferentes modelos de educação, a burguesia vai ajudar a formar a elite intelectual, enquanto a classe trabalhadora vai ter acesso a uma educação de formação de pessoas técnicas, que conheçam a instrumentalização das máquinas, que saibam operar máquinas, ou seja, há uma divisão na sociedade entre trabalhadores e intelectuais futuros condutores da nação e trabalhadores braçais os conduzidos da nação.

A revolução francesa colaborou com uma grande transformação da educação. Devido ao grande descontentamento do povo, a Revolução Francesa foi um momento histórico revolucionário ocorrido no final do século XVIII. Este momento marcou o fim do absolutismo e teve um impacto significativo no pensamento iluminista.

¹² Ver em: REZENDE, Milka de Oliveira. "Proletariado"; Brasil Escola.

Através desse contexto HOBBSAWM, 1996 afirma que:

A Revolução Francesa foi, de fato, um conjunto de acontecimentos suficientemente poderoso e universal em seu impacto para ter transformado o mundo permanentemente (...). Metade dos sistemas legais do mundo está baseada na codificação legal que a Revolução implantou. (...) A Revolução Francesa deu aos povos a noção de que a história pode ser mudada por sua ação. Deu-lhes também o que até hoje permanece como a mais poderosa divisa jamais formulada para a política da democracia e das pessoas comuns que ela inaugurou: “liberdade, igualdade, fraternidade”.(p. 124-5)

Por motivos de suas contribuições históricas a Revolução Francesa espalhou no mundo os ideais de Igualdade, Fraternidade e Liberdade com a finalidade de tornar a sociedade mais acessível a todos os cidadãos.

O filme *Tempos Modernos* 1930 do genial Charles Chaplin, realizado nos início dos anos 30 do século XX, segundo Sousa¹³, foi uma contundente crítica ao sistema produtivo da época, alicerçado na visão taylorista-fordista com extrema divisão do trabalho, retratando dessa relação. É importante falar sobre a alienação do trabalhador, pois o trabalhador não conhece todas as etapas do processo, ele está inserido em uma indústria e ele vai praticar somente uma forma de produção, ou seja, ele vai conhecer apenas uma etapa do processo produtivo, denominado alienação do trabalho, com pode ver na empresa automobilística, cada pessoa tem uma função para trabalhar, então temos aí logicamente a alienação do trabalhador que antes conhecia todas as etapas de produção agora ele está reduzido há apenas uma única ação. “Não sois máquinas! Homens é que sois!”¹⁴

A igreja católica durante a revolução perdeu todos os seus poderes, as suas terras foram confiscadas, todos os seus direitos foram tirados, porque até mesmo os iluministas, a burguesia, o terceiro estado que estava conduzindo essa revolução acreditava que a igreja era uma instituição que deveria ser separado do estado, surgiu então a luta pela laicização do ensino, em que a educação deveria ser laica e não poderia ser misturada com assuntos religiosos, a educação deve levar à população a emancipação humana, partir do desenvolvimento do ensino, da inteligência, da racionalidade a partir de descobertas científicas e do amadurecimento intelectual, pois na visão de alguns burgueses e a igreja católica era um entrave ao desenvolvimento científico da época, ou seja, a igreja era um centro de superstição e

¹³Ver em: SOUSA, Rafaela. "Taylorismo"; Brasil Escola.

¹⁴Discurso de Charles Chaplin no final do filme “O grande ditador”.

racionalidade, tendo aí como, por exemplo, então temos aí uma divisão entre o estado e a igreja o que chamamos de laicização do ensino.

HOMENS/MULHERES NO MAGISTÉRIO: COMPREENDENDO ESSE FATOR HISTÓRICO

Percebe-se que desde o início da história da educação do Brasil, após a chegada dos jesuítas, até o final do século XIX, o ministério da profissão docente era predominante representado pela figura do homem como sendo um molde para a conduta das crianças e menção para a formação do caráter. Louro (1997, p. 92) a esse respeito, aponta que:

O mestre – e o jesuíta é seu exemplo mais perfeito – é cuidadosamente preparado para exercer seu ofício. Ele se torna um ‘especialista da infância’, ele domina os conhecimentos e as técnicas de ensino, as armas para a conquista das almas infantis e para a sua vigilância, ele sabe graduar seus ensinamentos, estimular a vontade, treinar o caráter e corrigir com brandura – ele é o responsável imediato e mais visível da formação dos indivíduos.

De fato o que não é de se estranhar, visto que essa representatividade se dava através do homem (e ainda representa) o princípio que a sociedade de forma coletiva deve abraçar equivalendo a ele o cunho de sujeito detentor da razão, do autoconhecimento, bem como aquele capaz de participar das tomadas das deliberações que regem a sociedade. Reforça Cury (2003, p.65).

Os educadores, apesar das suas dificuldades, são insubstituíveis, porque a gentileza, a solidariedade, a tolerância, a inclusão, os sentimentos altruístas, enfim todas as áreas da sensibilidade não podem ser ensinadas por máquinas, e sim por seres humanos.

A partir dessa conclusão, pode-se concluir que os professores são a alma do estabelecimento escolar. Sua tarefa importante é formar cidadãos e desenvolver cidadãos neles. Capacidades de realidade crítica para que possam usar o conhecimento que aprenderam na escola em situações e /ou locais diferentes.

Sendo assim, por essa vertente, a educação constituía-se numa ação marcadamente máscula, pois era feita por homens e para homens, visto que o entrada das mulheres à educação não era garantido.

Pelo complexo das questões envolvidas, nota-se que o enfoque sobre gênero docente, raro tem sentido na esfera políticas, entretanto, trazer para a discussão as construções com a finalidade a este fazer-se docente, pelo homem ou pela mulher na Educação Infantil é de ampla relevância.

Ao falarmos dessa presença na educação infantil, a dos bebês, abordaremos as concepções de gênero. Assim como apontar possíveis articulações que torne possível a desconstrução de argumentos excludentes e binaristas¹⁵ no que se diz respeito ao gênero da docência de crianças pequenas.

Em enfoque nas analogias de gênero que segundo (Scott, 1995), “é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, como também uma forma primária de dar significado às relações de poder”, ou seja, gênero e poder seriam construções recíprocas.

As relações de gênero são resultado de um processo social que se inicia no nascimento, fato esse recorrente no momento da descoberta do sexo do bebê, a família e pais da criança predominam a questão da cor, no entanto em algumas culturas representaria a cor rosa que será menina e a azul menino e segue ao longo de toda a vida. Vivemos em uma sociedade, em que esse processo vem por aumentar a desigualdade presente entre homens e mulheres, especialmente em relação à sexualidade, da reprodução, da divisão sexual do trabalho e do âmbito público/cidadania.

Segundo Grossi (2000), o conceito de gênero, inicialmente utilizado por pesquisadoras norte-americanas, tem relação com as identidades subjetivas de homens e mulheres. Tal conceito surge no século XIX e afirma que a biologia determina a essência feminina e masculina, de forma que os comportamentos podem ser explicados pela genética ou pelo funcionamento fisiológico.

Viezzzer (1989, p. 107), ao falar sobre gênero, destaca:

[...] o vocábulo gênero foi empregado de forma tradicional como sinônimo da indicação de sexo, ou seja, o fator biológico da distinção entre machos e fêmeas, foi utilizado para se referir às diferenças impostas socialmente entre os traços característicos e papéis masculinos e femininos. Ela salienta que o termo sexo é fisiológico, enquanto gênero, no seu sentido amplo, é cultural.

¹⁵O termo descreve um sistema no qual a sociedade divide as pessoas entre homem e mulher, e determina para elas papéis sociais de gênero, identidades de gênero e atributos. Papéis de gênero é um dos aspectos de um sistema de gêneros binários. Várias sociedades têm utilizado o binário de gênero para dividir e organizar as pessoas, apesar da forma como isto ocorre diferir entre as sociedades. Para Judith Butler (2013), o gênero é uma construção histórico-social normatizadora, cujo intento seria a regulação dos sujeitos através da oposição binária entre masculino e feminino, pautado numa matriz heterossexual, sendo o gênero construído num processo de naturalização da significação do ser feminino e do ser masculino, reiterado e reforçado ao longo do tempo.

Ainda falando sobre a questão de gênero, Scott (1995, p. 86) ressalta que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

É de suma importante fazermos destaque aqui sobre os estudos de gênero em que têm tratado em maior escala dos assuntos relacionados às mulheres, a noção de gênero não se limita ao feminino apenas. Ao contrário, indica “construções culturais” e oferece condições para distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos a mulheres e a homens (SCOTT, 1995). Portanto, é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros e “ainda que os estudos continuem priorizando as análises sobre as mulheres, eles estarão agora, de forma muito mais explícita, referindo-se também aos homens” (LOURO, 2001, p.22).

Para compreender melhor essa temática, buscaremos nos aprofundar nos estudos dos autores aqui citados nessa presente pesquisa, como: Louro (2001), Scott(1995), Sayão (2005), Carvalho (1999), Ramalho (2002), Cardoso (2004), Araújo (2006), entre outros, que vem pensando essas questões, a luz dos seus percursos formativos e das inquietações que eles têm em relação a esse tema, com o intuito de responder perguntas e rebater comentários desfavoráveis a respeito da atuação do homem na educação infantil. Por ser um tema que chama atenção, antes de pensar a questão do homem na educação infantil, também abordaremos a relação do homem com a criança no que diz respeito ao educar, ao cuidar, ao respeitar, ao estar junto.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional Educacional para Educação Infantil- RCNEI (Brasil 1998, p.25):

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais.

Os comportamentos relacionados ao cuidado são apresentados de uma forma que enfatiza o desenvolvimento geral das crianças, envolvendo emoções, relacionamentos, biologia, alimentação e saúde.

Segundo Waldow (2004, p.21), ressalta que,

O cuidado é um processo, um modo se relacionar com alguém que envolve desenvolvimento e cresce em confiança mútua, provocando uma profunda e qualitativa transformação no relacionamento. [...] é ajudar o outro crescer e se realizar.

Assim como Brasil (1998, p.23) baseado no RCNEI, Educar significa:

Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação entre pessoas, de ser, e estar com os outros em um modo básico de aceitação, respeito, confiança, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação infantil (2006) colocam a importância do trabalho como o ato de cuidar e o educar de forma inseparável, valorizando as necessidades e os direitos que cada criança possui.

O processo educativo das crianças é muito formidável para o seu desenvolvimento, quanto para sua vida em todos os critérios. Nesta perspectiva, ao falar no termo criança, encontramos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil- DCNEI (2010, p.12) a seguinte concepção de criança:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Corroborando com a lei, compreendemos a criança como um sujeito ativo, dinâmico, fenológico, de direitos, um ser que por muito tempo não se pensava, aquele indivíduo individualizado, silenciado. No entanto para Froebel (2007), por sua vez, ver a criança como um ser ativo, que estabelece conexões internas, que tem o dom inato da aprendizagem, que usa sua experiência por intermédio da auto atividade, que faz reflexões com o auxílio de adultos e, assim, chega à autoconsciência.

Já para Montessori (2007), a criança é o ser que reserva em si mesmo as melhores potencialidades, as quais precisam ser despertadas para melhor desenvolvimento da pessoa. Assim como Vygotsky (1998), afirma que a criança é um ser social e faz parte de um contexto macrossocial, o qual interfere no seu comportamento através de atividades mediadas entre este ser e a linguagem.

Através das definições dos autores entendemos que a criança é o ser humano (o sujeito) na fase da infância, que vai do nascimento à puberdade. Ou seja, aquele sujeito de direitos. Assim como o termo criança teve seus estudos realizados por pensadores, a infância também teve suas contemplações. Em nossa época, gerações de pessoas vivem em espaços exclusivos. Na sociedade contemporânea, podemos ver facilmente a separação das faixas etárias.

Além da determinação natural, a cultura humana também produz e eles continuam a produzir significado para todas as fases da existência humana. As regras de conduta são institucionalizadas para diferentes fases da vida e expressas cumprindo papéis sociais. Portanto, podemos considerar socialmente construída. Com o estabelecimento, a construção social da criança começa a se concretizar valores morais e expectativas de seu comportamento. A seguir estão algumas considerações de alguns autores sobre o conceito de infância.

Rousseau criou o conceito de infância (apud CERIZARA, 1990, pg. 82) ao dizer que “A criança não é um adulto inacabado, ela possui seu valor nela mesma. Em certo sentido, que é o mais importante, cada idade se basta a si mesma”. Esta passagem se explica pelo fato de que nessa época em que Rousseau viveu, a criança era vista como um pequeno adulto, o qual precisava se adaptar ao que era desenvolvido para os adultos.

Assim como também contempla Ghiraldelli (1997), que a infância é um elemento interno e indispensável à construção da subjetividade moderna, na versão iluminista ou na versão romântica, sua relação com o entendimento contemporâneo da subjetividade ganha outra dimensão. Nesse caso, nosso entendimento a respeito das possibilidades da infância é dado pelas respostas a respeito do que vem a ser a subjetividade.

De acordo com os autores mencionados a cima, a infância é o período que é compreendido desde o nascimento até o desenvolvimento do sujeito. Muitas transformações físicas, psicológicas e sociais mediadas pela cultura acontecem com a criança durante essa jornada. Com isso tornando-a cada vez mais capaz de compreender o que acontece no seu entorno estimulada pelas brincadeiras, a escolarização, a convivência com outras pessoas e outras formas de interação com o mundo.

É notório que a infância é o período onde o ser humano sofre grandes mudanças de tamanho e peso, além de ser a fase no qual adquirimos nossa personalidade, isso porque nos desenvolvemos psicologicamente, mudando assim os nossos comportamentos. E olhar para infância não como um lugar que é demarcado apenas por uma cronologia temporal da vida, da criança, mas como o lugar onde essas crianças que são esses sujeitos potentes se colocam e vivem a sua infância.

Com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988, a educação agora, as crianças têm um capítulo que estipula os direitos das crianças de 0 a 6 anos. Na década de 1990, foi criado o ECA (Regulamento para Crianças e Jovens), Contribuiu para a implementação de políticas públicas de educação infantil, Alguns anos depois, LDB ("Diretrizes Educacionais e Direito Fundamental") 9394-96, que define a educação infantil como A primeira etapa da educação básica.

A infância começou a ser entendida, Respeitada e amparada pela legislação apenas no final da década, passando a conquistar a creche e pré-escola, referências e parâmetros do curso, de acordo com sua função. A educação infantil é educar e cuidar das crianças em um espaço formal, considerando alimentação, entretenimento e higiene, e respeite os papéis lúdicos as atividades enfatizam o desenvolvimento geral da criança.

A partir das leituras realizadas nesta pesquisa, percebemos que o conceito de criança e infância se firma ao longo da história e, a cada época, essa forma de compreender a criança e a infância a partir de sua formação social.

A educação escolar é organizada pela LDB em educação básica e educação superior, colocando a educação infantil, como a primeira etapa da educação básica. Portanto a Educação básica estipulada no Artigo 29 e Artigo 30 da Lei creches e jardins de infância para crianças de 0 a 3 e de 4 a 6 anos. Com emendas Convenção Constitucional nº 53/2006, que prevê mudança entre idades durabilidade máxima previamente estabelecida na educação infantil, a LDB e a Constituição baixaram o limite de idade para 05 anos, com isso a educação básica passa a durar 09 anos.

A respeito à formação dos professores para trabalhar na Educação básica, em 1996, a LDB, em seu artigo 62, determina que:

A formação de docentes para atuar na educação far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Corroborando com a lei, e no que vem explicito em seu artigo, em momento algum ela especifica o sexo do profissional, se deveria ser um professor ou uma professora ou um homem

ou uma mulher que deve trabalhar na educação infantil. Apenas especifica que devem ser professores qualificados.

Importante reiterar que estatisticamente a inserção de professores do sexo masculino na educação infantil é muito pequena, mas tem inspirado vários pesquisadores, dentre outros é possível destacar os trabalhos de Marília Pinto de Carvalho (1999), Nailde Ramalho (2002), Frederico Assis Cardoso (2004), Deborah Thomé Sayão (2005), Janaína Rodrigues Araújo (2006), Weslei Lopes da Silva (2006), Benedito Gonçalves Eugênio (2008) e José Luiz Ferreira (2008). Na qual seus conhecimentos foram formidáveis para o aprimoramento dessa pesquisa.

Afora isso, estudos apontados por Sayão (2005), diz que o ritual de passagem muito se evidencia quando um professor homem inicia o trabalho na instituição de educação infantil, visto que, colocar à prova sua competência e habilidade para o trabalho, é um fator de grande importância para a permanência na instituição.

Este Ritual de Passagem imbrica-se com a ideia de Ritual de Instituição, descrito por Bourdieu, porque prescreve comportamentos desejáveis em creches, uma adesão ou não à cultura da creche. Várias provas são postas aos docentes, dentre elas: assumir turmas consideradas “difíceis” porque agregam crianças de pouca idade ou porque há crianças “violentas” ou “indisciplinadas”; colocação dos docentes para atuarem com os bens pequeninhos/as (SAYÃO, 2005, p. 137).

A relação do cuidado, a higiene, afetividade ou alimentação, põe-se reduzindo o trabalho desses profissionais, tanto o professor quanto a professora, passando assim a enfrentar uma desvalorização da profissão por desempenharem um trabalho com crianças. Trata-se da ideia de que para cuidar e educar não exige preparo. Exige sim, pois para além do ritual de passagem, Sayão (2005) aponta para a existência do estágio probatório e do estágio comprobatório, constituídos por outras formas de, não tão somente avaliar, mas confirmar se o professor é capaz de assumir uma turma de crianças pequenas. E para mostrar que o ato de cuidar não é algo inato, que as pessoas não nascem mulheres já sabendo cuidar e homens não sabendo ou vice-versa. Mas se trata de algo que pode ser aprendido, de algo que é construído.

Sobretudo, o trabalho realizado por professores homens na educação infantil, principalmente no cuidar e educar, está muito atravessado por paradigmas e preconceitos. O professor, ao chegar a um espaço dominado por mulheres, gera incômodo, incerteza, desconfiança e estranhamento. Acabam sendo estereotipados, pondo a prova a sua sexualidade, por estar em ambiente predominantemente feminino e assumirem atividades profissionais consideradas femininas.

Há ainda o desenvolvimento da masculinidade(s) nos espaço infantil e como isso pode ser referência na construção da identidade(s). Acreditamos que uma formação adequada que olha para marcos legal, para as produções teóricas, importantes na área fomentam a formação e a composição constante que nunca acaba de professores, de docentes capazes de desenvolver um trabalho de qualidade independente do gênero.

O olhar de desconfiança para esse homem que chega à educação infantil e constante, Joaquim Ramos (2017) em sua tese e questiona e explica que para o homem ingressa na educação infantil, são posto sobre ele(s) alguns divisores de águas, no qual além dele passar pelo estágio probatório existentes nos concursos públicos, o mesmo tem que passar também pelo comprobatório, o mesmo precisa provar que ele é homem, mas que ele é um homem que não vai praticar aquilo que foi construído historicamente sobre o seu ser, pois raramente vimos com frequência nos diversos meios de comunicação, que uma criança tenha sido assediada, molestada ou abusada sexualmente por um professor da educação infantil e, além disso, tem o período de permanência que por muitas vezes o homem não continua ali na educação infantil sempre indo pra a área administrativa: seja uma direção, uma condenação ou para o ensaio fundamental, enfim existem essas questões e que e algo bastante comum nos tempos atuais.

Em relação a esse preconceito podemos perceber até na história do professorado, a cultura como esses espaços estão impregnados e também no imaginário social do que é construído do que é ser professor, quando nos deparamos com o final do século XIX, podemos perceber que boa parte desses professores que ocupavam esse magistério eram homens, em meados do século XIX, as mulheres vão entrando em grande escala no corpo docente, dentro desses espaços.

Trazemos a partir de Rabelo (2008) essas concepções de gênero, de masculinidade. As crianças e todos nós convivemos desde que nascemos em meio a uma sociedade heterogênea. Com homens, mulheres, trans, homossexuais, enfim com uma diversidade imensa. Predestinadas como as identidades sexuais, em que e prescrito as maneiras como as pessoas vivem sua sexualidade. Diz respeito à orientação sexual, ou seja, sente atração por pessoas do mesmo gênero (homossexual), sente atração por pessoas do gênero oposto (heterossexual), por ambos os sexos (bissexual), por nenhum dos gêneros (assexual) e por todas as expressões de gênero (pansexual).

O campo da diversidade sexual e de gênero abarca, assim, as identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTQIA+). Nesse amplo campo, a identidade de gênero vem se configurar como um elemento que reitera a distinção identitária entre travestis e transexuais, de um lado, e gays, lésbicas e bissexuais, de outro (CARVALHO, 2011).

Bourdieu (2010) afirma que o surgimento desses novos tipos de família e o acesso à visibilidade pública de novos modelos de sexualidade (sobretudo a homossexualidade) contribui para quebrar esse paradigma e ampliar o espaço de possibilidades em matéria de sexualidade. Portanto, no caso de família composta por casais homossexuais, não foi cerceado o direito de participação de integrantes das diversas e diferentes composições familiares.

E ao reduzirmos e limitamos essa convivência com as crianças no espaço da educação infantil, não reforçamos uma ideia que não existe muito maniqueísta, muitas questões binárias¹⁶, assim como no caso da masculinidade.

Nessa mesma acepção Connell (1995) nos mostra que há um pacto, um costume conhecido nas analogias sociais, no que diz respeito à construção da hegemonia heterossexual masculina. O autor relata o seguinte sobre essa questão.

Existe uma narrativa convencional sobre como as masculinidades são construídas. Nessa narrativa toda cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens. Os rapazes são pressionados a agir e a sentir dessa forma e a se distanciar do comportamento das mulheres (...) a feminilidade é compreendida como o oposto. A pressão em favor da conformidade vem das famílias, das escolas, dos grupos de colegas (...), (CONNELL, 1995, p.189).

O autor alerta, porém, que não existe uma masculinidade fixa, existe masculinidades, modos de estarem no mundo, de composição de sujeitos, de professores, pais, amigos e irmãos. Dessa maneira, compactuamos com o pensamento de que “não devemos pensar as masculinidades como construções fixas, mas, sim entendidas como capazes de ser permanentemente reconstruídas” (CONNELL, 1995, p.189).

¹⁶O termo descreve um sistema no qual a sociedade divide as pessoas entre homem e mulher, e determina para elas papéis sociais de gênero, identidades de gênero e atributos. Papéis de gênero são um dos aspectos de um sistema de gêneros binários. Várias sociedades têm utilizado o binário de gênero para dividir e organizar as pessoas, apesar da forma como isto ocorre diferir entre as sociedades.

Desse modo o conceito de maternagem¹⁷ se diz respeito a: escuta sensível, o olhar atento, aos significados que precisam ter no processo educativo e que sempre devemos estar nos perguntando por quê fazer isso? Para que fazer aquilo?

Se a afetividade e as influências mútuas são subestimadas pelo gênero, o qual se apresenta, como se o homem em sua natureza, pudesse oferecer risco no cuidado em contato com uma criança. E em relação às mulheres? Elas estão isentas de oferecer riscos às crianças?

Se o professor homem é visto na educação infantil como um perigo para os pequenos, por se ter essa visão construída culturalmente de que, o sujeito do sexo masculino ao educar (cuidar) as crianças pequenas, iria abusar sexualmente delas, daí surge à importância de mais estudos referente a essa temática. Pois a maioria das vezes isso acontece com muita frequência no seu próprio conforto do seu lar, abuso esse, praticado um parente familiar ou até mesmo por um parceiro de uma relação, na qual por maioria dos casos com o consentimento da própria mãe ou responsável legal.

Diante tudo buscamos trazer ressignificações a partir deste contexto com o intuito promover reflexões que surgem a partir da atuação do homem na educação infantil, tais como: será que não há uma urgência em revermos percepções, de repensar nossos olhares, desconstruir estereótipos, tencionar paradigmas, mobiliza-lo e nos questionamos o tempo todo e questionarmos os outros, pois nada estar pronto, sobretudo na educação. Sim! Afinal precisamos estar o tempo todo atento, claro com base e fundamento às mudanças que vem acontecendo sobre esse sujeito. No entanto a sexualidade do professor e sempre colocada em xeque e à prova, no primeiro momento em que eles são um risco, se eles se mostram heterossexual.

A EMIGRAÇÃO DO HOMEM NA DOCÊNCIA E O INGRESSO DA MULHER

Ferreira (1998) aponta que, com o processo de urbanização do séc. XIX, quando o trabalho livre substituiu o trabalho escravo, o preconceito, a divisão sexual do trabalho e principalmente o avanço insignificante do mercado de trabalho e do uso tecnológico, resultou que muitos

¹⁷O vocábulo maternagem é uma tentativa de tradução para língua portuguesa da palavra “mothering”, que enfatiza as dimensões culturais e históricas da criação de filhos, em contraposição à dimensão biológica da maternidade (CARVALHO, 1999).

professores acabaram deixando os ambientes escolares para atuarem em outros ambientes de trabalho, na disputa de postos ou funções oferecidas pelo mercado de trabalho em franco processo de industrialização. Foram esses alguns dos motivos pelos quais se originou a evasão do público masculino na docência.

Por conseguinte, conclui-se que o abandono do número significativo dos homens do ensino, principalmente o primário, relacionado a educação infantil, ao percurso de longas décadas pode ter sido uma saída em busca de empregos com melhor salário, circunstância que foi causada pelo desenvolvimento industrial do país e sua consequente modernização, tendo em vista que “(...) a economia capitalista industrial demandava a criação de novos empregos a serem preenchidos pela população masculina (...)” (ALMEIDA, 1998, p. 70).

Mesmo com a chegada das mulheres no magistério que começou acontecer por volta do século XIX em grande escala, havendo uma divisão sexual do trabalho dentro dessa trajetória da educação, porque elas inicialmente se concentram aí nessa fase dos cuidados iniciais e os homens, digamos assim vão ministrar as aulas nas etapas mais avançadas da educação, por atuar o homem em outra vertente, se caracteriza por uma espécie de divisão do trabalho, tendo em vista que “Às mulheres que podiam ir à Escola Normal [...] ensinavam-se prendas domésticas e música juntamente com português, francês, aritmética, geografia e história, pedagogia etc. [...]” (ALMEIDA, 2006, p. 73). O educar, que por muito tempo era uma atividade eminente masculina, passou a ser uma função exercida pelas mulheres.

Com o capitalismo industrial iniciado no séc. XVIII altera-se radicalmente o perfil das famílias. Aumenta-se cada vez a necessidade de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Refaz-se a hierarquia das profissões, agregando-se valor naquelas mais condizentes com as novas exigências do mundo industrializado. Nesse contexto, o magistério sofre abalos significativos. Deixa de ter o prestígio de outrora e, de forma visível, vai mudando paulatinamente, de sexo. As mulheres vão substituindo os homens na “nobre” missão de educar. Não é, entretanto, uma mudança puramente biológica. Ela se inscreve no campo do simbólico. Na realidade o que muda é o gênero do magistério e não o sexo, de uma ação eminentemente masculina para uma atividade feminina (CHAMON, 2005, p. 11, grifos do original).

Outra contribuição de Chamon (2005), diz respeito às insuficientes condições de trabalho e de salários, que têm sua origem no descaso do Estado para com o ensino público. Isso foi cada vez

mais afastando os professores da escola elementar e trazendo mulheres para ocupar os postos de docência deixados pelos homens; assim as mulheres passaram a ser convocadas pelo Estado a serem professoras.

Ao questionarmos essa problemática construída socialmente e culturalmente de que para educar ou cuidar, seja necessariamente desenvolvida especificamente por uma figura feminina na educação infantil, percebemos que:

Ao observar a LDB (BRASIL, 1996a), lei que rege a educação no país, assim como o RCNEI (BRASIL, 1998), documento base para a atuação na Educação Infantil, pode-se perceber que em nenhum momento, nem na descrição do perfil profissional do/a professor/a, é demonstrada alguma preferência de que o profissional da Educação Infantil seja do sexo feminino ou masculino. Já no Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a Educação Infantil, denominado “Práticas Cotidianas na Educação Infantil - Bases para a Reflexão sobre as Orientações Curriculares”, em sua introdução, traz em nota de rodapé que o projeto foi criado tendo em vista as professoras de Educação Infantil e também como um “convite para que os homens assumam maior compromisso com a educação das crianças pequenas, especialmente nos estabelecimentos escolares” (BRASIL, 2009b, p, 5).

As questões que relata sobre o ato do cuidar e o educar, desperta variadas discursões, sobre o quê, como, para quem fazer e quem poderá fazê-lo. Nessa vertente, o papel do professor é fundamental no desenvolvimento das atividades na educação infantil, visto que ele é o mediador entre a criança e o conhecimento. O cuidar e o educar de crianças também envolve uma ação integrada entre quem ensina e quem aprende.

Em relação às variáveis existentes do gênero no trabalho com a EI¹⁸ são destacadas quando o trabalho é desenvolvido por um professor homem. A saliência desse conteúdo acaba por mostrar resistências na contratação por órgãos desses profissionais e o preconceito põe-se a tirar a oportunidade de trabalho com crianças ser feito por ambos os sexos, pois são formados e capacitados para desenvolver essa função. O embasamento deste discurso possui alusões históricas, que não eis negado, e vindo à tona no momento quando as políticas para educação

¹⁸ Sigla utilizada pelo pesquisador para se referir a Educação Infantil.

infantil foram reformuladas. Os diversos meios de acesso, democratização e oferta desta etapa da educação básica sofreram modificações com o passar dos tempos.

No século XIX a maciça entrada das mulheres no mercado de trabalho começa a ameaçar a ordem patriarcal estabelecida. As ciências, em especial a medicina, respondem a esta ameaça com um detalhado exame das diferenças entre homens e mulheres. O consenso, a partir de estudos da anatomia fisiológica, da biologia evolucionária, assim como de outras ciências era de que homens e mulheres têm diferenças relativas à anatomia, ao temperamento, à fisiologia e ao intelecto. (TIRIBA, 2005, p. 03).

Pois até hoje quando nos deparamos com o próprio censo escolar¹⁹ percebemos essa divisão e o quanto ela é marcada, o professor que ocupa a educação infantil é uma minoria, o professor que chega ao ensino superior ou na docência, ele acaba sendo um público alvo masculino do que feminino, porque antes o fato do homem ocupar um espaço que é majoritariamente feminino, surgia e até hoje surgem diversas perguntas, como será que ele vai da conta? Ele tem capacidade? Em que deixamos de sermos a novidade, e passamos a ser o centro das atenções em toda a escola.

Historicamente existia uma definição da mulher como o sujeito apropriado para cuidar das crianças o que é muito questionável, porquanto se formos olhar as composições familiares hoje, composta por uma rica diversidade, de dois pais ou de um pai que cria seus filhos só, um homem e uma mulher, duas mães e de professores como meu futuro e de muitos outros que são preparados e que estão com as crianças no dia a dia, percebemos através do nosso convívio em sociedade que de fato existem possibilidades da masculinidade de pais, professores, capaz de torna-se totalmente distintas daquilo que historicamente foi construído.

Por nossa sociedade Brasileira ser considerada uma sociedade patriarcal²⁰, a mulher é vista como um ser reprodutor, o homem por sua vez é visto como um ser produtivo. Quando analisamos o campo da educação infantil, primeira etapa da Educação Básica. A educação infantil é dividida entre o maternal e a pré-escola, maternal muito ligado à questão doméstica da maternagem, isto historicamente e o processo de feminização²¹ do magistério comprova isso

¹⁹O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado anualmente. Com ele, o Inep verifica desde o número de matrículas e rendimento dos alunos até a infraestrutura das escolas e funções docentes. Os dados são fornecidos pelas próprias escolas, públicas e privadas, e redes de ensino estaduais e municipais.

²⁰ É um sistema sociopolítico que coloca os homens em situação de poder, ou seja, o poder pertence aos homens.

²¹O termo utilizado está de acordo com o entendimento de Carvalho sobre feminização, no que diz: não é apenas a entrada de mulheres na ocupação de professora, mas ao lado da mudança na composição sexual da ocupação, também um processo de deslocamento de significados – de escola, ocupação, ensino, mulher, feminilidade,

questões culturais e sociais é destinado às mulheres e é por isso que sustenta todo esse preconceito que é oriundo do machista do patriarcado, das concepções que é entogada, mas que ainda existentes. Pois não são apenas as mulheres que sofrem preconceito no mercado de trabalho, nos homens também sofremos.

Carvalho (1998, p.03), trazendo a história, ajuda a compreender as transformações sociais que levaram à feminização do magistério:

No caso brasileiro, ao longo das primeiras décadas do século XX, já se encontra a hegemonia de um discurso que associa o ensino primário com características consideradas femininas, tais como o amor às crianças, a abnegação e a delicadeza, e que relaciona cada vez mais enfaticamente a docência e a maternidade (Louro, 1997; Lopes, 1991). Na década de 1920, de acordo com Marta Carvalho (1989), produz-se um deslocamento no discurso educacional dominante no país, que passa a enfatizar não mais a escola como templo da ciência, que instrui pelo intelecto o cidadão, mas uma escola de caráter formador, entendida aqui a formação como moralização, civilização, disciplina e higiene. Isto é numa sociedade profundamente hierarquizada e racista, em que as elites consideram o povo mestiço e ignorante como principal obstáculo à modernização, a educação integral e formadora que se propõe antes de mais nada um caráter de controle: controle dos corpos, disciplina para o trabalho, aquisição de hábitos higiênicos. Uma educação cívica que buscava construir mentes e corações disciplinados em corpos saudáveis para assim forjar a nacionalidade brasileira.

Diante deste contexto histórico da educação infantil vista como um lugar inicialmente apenas do cuidar, de ser um direito da família, constitui-se muito a ideia no imaginário coletivo de que as mulheres, as mães ou as que podem ser mãe seriam as melhores pessoas para desempenharem esse trabalho.

E curioso imaginarmos que hoje em dia alguns homens que procuram o curso de pedagogia com o intuito de seguir uma carreira que é mais organizacional. Hoje em dia podemos perceber um grande acesso e permanência de homens procurando de fato cursar o curso de pedagogia, horas às vezes para atuar nos anos iniciais ou na educação infantil.

A importância da presença masculina na educação infantil, se da através de três motivos: o ciclo da ideia de uma criança ser cuidada também por homem provavelmente, ela vai poder cuidar de outras crianças, com isso, desfazendo essa ideia do cuidado na infância é exclusividade do feminino por ser tomada de uma ideia de que a mulher, a mãe e quem devem cuidar da criança, por outro e essa ideia da tia ou tio e bem a ideia da maternagem na escola como extensão da casa então isso desfaz essa perspectiva, além do terceiro argumento onde eu acho bastante

maternidade, masculinidade, criança – que resultou na contiguidade observada hoje entre representações de mulher, mãe e professora.

interessante e a ideia de que a criança quanto mais plural for a sua referência afetiva, será o seu desenvolvimento.

Então a história do número de mulheres ocupando os lugares educacionais da educação infantil e as modificações históricas que sustentam essa estatística é muito ruim pra mulher, para o homem também e especialmente ruim para as crianças. Já para a mulher, porque ela questiona essa ideia de que ela tem que continuar sendo vocacionada a maternidade seja no chamado de maternal puxando para o lado biológico, para o homem porque tira dele a possibilidade de poder cuidar de crianças e para as crianças porque perdem a oportunidade de terem as referências do plural, então à escola é um espaço, o que deve ser dos professores e não dos tios, uma extensão da família que diz respeito ao ofício dos responsáveis que se dedicam a educação infantil e ao primeiro ciclo do ensino fundamental.

Existe uma preocupação que algumas famílias temerosamente fazem da possibilidade daquele homem ali ser um possível abusador ou amolentador, de fato isso acontece, essa é uma visão preconcebida e preconceituosa que por sua vez vem de um modelo de família monocular completa do século passado no qual a mulher cuidava da parte interna das crianças e o homem cuidava da parte externa, então essa torção veio gerando diversos pânicos na sociedade. À medida que essa presença é negada acaba se tomando um prejuízo gigantesco para as crianças, por não terem homens cuidando de sua educação de maneira formal e informal.

No ponto de vista de desenvolvimento e mudanças desse paradigma: A presença do homem mesmo na sala de aula é uma forma também de quebrarmos um pouco aquela noção de uma masculinidade tóxica. Quando uma criança passa a ser cuidada por homens e mulheres estão ensinando a ela coisas muito potentes não apenas para a vida dela, mas para toda a sociedade.

Se desde o nosso nascimento somos cuidados por homens e mulheres, por coincidência vocês homens ou professores, devem cuidar de uma ou mais criança, pois isso não ira ferir sua masculinidade. Sendo assim, não haverá a necessidade de diminuir a mulher para se sentir um homem seguro, entretanto ambos são pares nesse funcionamento enquanto pais e cuidadores. Então isso é extremamente importante para construção da vida dessas crianças, quanto para o desenvolvimento, mas fundamentalmente um laço social que de alguma maneira será construída, essa ideia de que homens e mulheres não concordam, de serem extremamente

diferentes um do outro, funcionam de maneira diferente, mas essa diferença é boa, pois ela é benéfica, onde ela vai ressaltar o desenvolvimento tanto das crianças quanto das sociedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, vivemos em uma sociedade caracterizada por avanços na ciência e tecnologia e, em meio a tantas mudanças sociais, a percepção da sociedade sobre os ensinamentos do mudou drasticamente.

Com o tempo, os homens estão empenhados no ensino da primeira infância e têm dificuldade para desenvolver plenamente sua profissão, mas a maioria das mulheres continua a dominar. Como o professor assume uma função predominantemente feminina (do ponto de vista social), esse profissional tem enfrentado contradições, conflitos, adversidades na educação infantil.

Por um lado, aceitar entrar no lugar feminino sem desempenhar o papel masculino equivale a aceitar. Em certo sentido, isso implica viver em uma situação social decadente. Isso porque temos que desempenhar funções profissionais de baixo nível social.

Deste ponto de vista, para alguns, a higiene e limpeza das crianças representa o declínio da profissão docente. Ao contrário, para outros professores da educação infantil, representa um passo importante para uma carreira profissional com potencial de progresso social. Não importa se você é homem ou mulher. Acompanhar as profissões da infância e do exercício, incluindo homens e mulheres, em busca do bem comum.

A ausência de profissionais do sexo masculino na educação infantil faz parte do ciclo de que se inicia durante a formação inicial (pedagogia ou educação) em que a presença do sexo masculino é muito baixa. Como resultado, durante a formação de professores a sua presença foi tímida e esta questão não foi abordada de forma consistente pelos próprios formadores. Este quadro geral representa um desafio para nós. A presença desses profissionais que melhor entendem as dificuldades vivenciadas com esses profissionais e trabalham com crianças pequenas não é uma questão de gênero, mas de elegibilidade para educação e treinamento. Fortalecer a compreensão sexual.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 160 p.
- BRASIL/ MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº Lei 9.394, de 20 Dezembro de 1996.
- CAMBI, F. 1999. **História da Pedagogia**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP (FEU), 700 p.
- CARVALHO, M. F. de L. **Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- CARVALHO, Marília Pinto de. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã/FAPESP, 1998.
- CERIZARA, B. Rousseau, **A educação na Infância**. São Paulo: Scipione, 1990.
- CONNELL, R. Políticas da Masculinidade. *Educação & Realidade*. Porto Alegre. V.20, n. 2, jul./dez. 1995.
- CHAMON, Magda. **Trajetória da feminização do magistério: ambiguidades e conflitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- _____, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.
- GARCÍA-VILLOSLADA, R. **Santo Inácio de Loyola: uma nova biografia**. São Paulo: Loyola, 1991.
- GHIRALDELLI, P. Jr (Org). **Infância, Escola e Modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GROSSI, M. P. **Identidade de gênero e sexualidade. Estudos de Gênero: Cadernos de área n. 9**. Goiânia: Editora da UCG, 2000.
- HOBBSAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 124-5.
- IGLÉSIAS, Francisco. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LE GOFF, J. 1995. **A Civilização do Ocidente Medieval**. 2ª ed., Lisboa, Estampa, vol. I, 384 p.

LOURO, Guaciara Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____, Guaciara Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: História das mulheres no Brasil. DelPriore, Mary (org.). 5ª ed. São Paulo: Contexto. 2001.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MIRANDA, Elis. **A influência da relação professor-aluno para o processo de ensino aprendizagem no contexto afetividade**. In: 8º Encontro de Iniciação Científica e 8ª Mostra de Pós Graduação. FAFIUV, 2008. Disponível em: <http://www.ieps.org.br/ARTIGOSPEDAGOGIA.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

PERNOUD, R. 1994. **Idade Média: o que não nos ensinaram**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Agir, 189 p.

RAMOS, J. **Um estudo sobre os professores homens da educação infantil e as relações de gênero na Rede Municipal de Belo Horizonte – MG**. 2011, 139 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC/MG. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_RamosJ_1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SAYÃO, Débora Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil: um estudo de professores em creche**. Dissertação (Doutorado em Educação)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. (1995). **Genêro: Uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, PP. 71-99.

TASSONI, E. C. M. **Afetividade e aprendizagem: A relação professor-aluno**. In: Psicologia, análise e crítica da prática educacional. Campinas: ANPED, 2000.

TIRIBA, Léa. **Educar e cuidar ou, simplesmente, educar? Buscando a teoria para compreender os discursos e práticas**. In: KRAMER, Sonia. (Org.). Profissionais de educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005, p.66-86.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALDOW, V. R. (2004) **O Cuidado na Saúde: As relações entre o eu, o outro e o cosmos**. Petrópolis/ RJ: Vozes.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

VYGOTSKY, Lev S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.